NOVA YORK: UMA EXPERIÊNCIA DE DESENHO DOS ESPAÇOS LIVRES URBANOS

FANY GALENDER

Arquiteta paisagista, mestranda FAUUSP.

RESUMO

O presente texto procura discutir conceitos e questões relativas ao espaço livre urbano, tendo como premissa observações de viagem recente à cidade de Nova York, onde se destaca a integração entre a intenção e a ação efetiva sobre estes espaços, em contraponto ao atual estágio da abordagem deste tema entre nós.

A preocupação com o bem-estar do usuário que percorre a cidade, vivenciando os espaços de uso coletivo em seus momentos de descanso e lazer, somada a uma política pública de incentivos, promoveu diferenciadas soluções espaciais, espalhadas por toda a região de Manhattan, culminando em um desenho da paisagem que expressa a evolução qualitativa do tratamento do espaço livre.

ABSTRACT

This text deals with concepts and questions related to the public open spaces, based on observations made during a recent trip to New York City, where one notices the integration between intention and effective action over such spaces, if compared to the current stage of how this subject is approched among us.

The concern with the welfare of the user, who searchs for collective spaces in his spare moments of leisure in rest, along with a Public Police of Encouragment, has set forth varied spacial solution that are spread all over the design that expresses the qualitative evolution of open space treatment.

INTRODUÇÃO

O espaço livre urbano, definido como todo espaço não edificado que estrutura o tecido urbano, juntamente com o sistema viário, aliado às distintas formas de apropriação do solo e dos produtos espaciais resultantes, através de suas diversas volumetrias, configuram a paisagem urbana.

O espaço livre é um espaço também processado, com programas e propósitos específicos para o uso humano, ocorrendo em contextos determinados no âmbito da organização funcional e espacial das cidades. No entanto, as soluções de desenho freqüentemente expressam modelos e influências incompatíveis com a realidade local, em termos de inadequação temporal, espacial e ambiental.

Velhas fórmulas são repetidas exaustivamente, "adaptando" imagens de séculos passados para praças, parques e jardins. Se nestes casos já percebemos o resultado obsoleto obtido nesta transposição, o que dizer em modalidades do espaço livre não tão bem caracterizadas ou, ainda, com usos muito arraigados como as ruas, encaradas como locais prioritariamente destinados à circulação.

É como que se esta atividade, circular, não devesse se dar em um local projetado adequadamente (não só do ponto de vista de seu projeto geométrico), lembrando que há uma diversidade de interesses e objetivos para o motorista e para o pedestre, com percepções diferentes no que se refere à velocidade, tempo, distância de apreensão dos objetos em geral, efeitos climáticos, etc.

Segundo Hillman (1993, 55), *"caminhar hoje é principalmente um caminhar com olhos. Não queremos labirintos, nem surpresas. Sacrificamos os pés pelos olhos. Cidades mais antigas quase sempre cresciam em torno dos rastros dos pés: trilhas, esquinas, caminhos, entroncamentos, cruzamentos. Essas cidades seguiam padrões inerentes aos pés, em vez de plantas desenhadas pelos olhos"*.

A expressão deste conflito (consciência dos pés x consciência do olhar) requer uma solução espacial de desenho urbano, que contemple a diversidade de experiências e opções do usuário, através do projeto das calçadas, passagens, túneis, alargamentos, recuos, praças e demais espaços livres de edificações existentes, procedendo, eventualmente a própria revisão do tecido urbano, com intervenções mais radicais como vias expressas elevadas, fechamento de vias e criação de boulevards, entre outras.

Outros espaços remanescentes do parcelamento do solo e da implantação do edifício (dentro da concepção modernista do edifício isolado no lote, não gerando mais diretamente a rua: rua e edifício são independentes), como as esquinas, os alargamentos das calçadas (associadas ou não aos recuos frontais), as entradas, os acessos e recuos laterais, que constituem as áreas livres dos próprios lotes, requerem desenhos específicos para as pessoas que circulam, conversam, esperam, enfim, que manifestam as mais diferentes necessidades.

Esta experiência do convívio coletivo no espaço livre implica na discussão de gênese deste espaço sob a ótica da posse de propriedade, ou seja, para o entendimento das origens históricas destes espaços, bem como sua evolução, é fundamental o discernimento entre público e privado na estruturação do tecido urbano.

Contudo, para a leitura adequada das manifestações atuais, acreditamos que a caracterização da apropriação humana seja o instrumento de avaliação correto, levando à superação da dualidade público/privado e à adoção do conceito de coletivo para análise dos espaços livres de edificação.

O CASO DE NOVA YORK/ MANHATTAN

Manhattan caracteriza-se pela intensa verticalização e alta taxa de ocupação dos lotes, consolidando uma paisagem urbana extremamente adensada, cujo desenho é proporcionado não só pelas soluções oriundas da volumetria arquitetônica, como pelos recursos de implantação da massa construída, criando um sistema de espaços livres, acrescido das praças, parques e ruas existentes.

Se, historicamente, o espaço livre de grandes dimensões é basicamente público, a demanda, especialmente nas áreas urbanas centrais das grandes cidades ocidentais, induziu a operações que incentivam os incorporadores a projetar, construir e administrar estes espaços.

Na cidade de Nova York, o poder público implanta, no início dos anos 60, um sistema de bônus, conhecido como TDR (Transfer of Development Rights), que estabeleceu uma política de troca de potencial construtivo acima da legislação vigente por área tratada de espaço livre.

No entanto, dada à reduzida qualidade destes espaços, implantados com o intuito prioritário de obtenção de vantagens, não foram consideradas relevantes condicionantes fundamentais, aparecendo ao acaso, desvinculados da topografia, insolação ou do desenho da plaza do outro lado da rua, conforme apontado por Barnett (1981, 73).

Face à esta situação, novas leis foram criadas de modo a aumentar os níveis de exigências, na busca de melhores resultados. Em 1982, um novo sistema (Midtown Zoning) é implementado, fazendo referências objetivas quanto a dimensões, acessibilidade, tempo de uso, condições de ventilação e insolação, entre outras, acarretando uma sensível melhoria das condições ambientais e formais destes espaços.

Foto 1: Grupos de pessoas, ocupando as bordas do espelho d'água, em alargamento de calçada gerado pela implantação recuada de edifício de escritórios. (Nova York/avenida das Américas)

Foto 2: Plaza em desnível com relação à calçada, com tratamento paisagístico, aproveitando a possibilidade de uso da água em patamares. (Nova York/Midtown)

Foto 3: Pequena praça criada entre edifícios públicos (tribunal, igreja e outros), de gabaritos semelhantes (4 a 5 pavimentos), com mobiliário, lojas de alimentação e arborização através de vasos e floreiras. Área destinada ao descanso, muito ensolarada (Nova York, Civic Center, porção sul de Manhattan)

Foto 4: Esta mureta convertida em banco, juntamente com o gradil, consiste na delimitação da praça em desnível com relação à calçada. (Nova York/Midtown)

Outra decorrência desta "privatização" do espaço livre é a tendência à "interiorização", à criação de recintos internos (indoors) como *lobbies* e *atriums* nos grandes edifícios, com acesso livre e horário regulamentado, permitindo sua ocupação e o uso de seu mobiliário por qualquer pessoa. Esta tendência, entre nós é detectada nos shoppings centers, com suas praças abrigadas e isoladas.

Em Nova York, a diversidade de situações é bastante elevada, desde o tratamento das áreas de acesso e circulação dos edifícios, até, efetivamente, o projeto de áreas maiores, verdadeiras praças delimitadas e cobertas como o edifício da IBM (Foto 5), intensamente freqüentado pelos pedestres a procura de um local para descanso, alimentação ou abrigo das variações climáticas, além de intensa programação cultural.

Trata-se de um "lobbie" de acesso aos elevadores, delimitado por lojas, com vedação lateral e cobertura em material translúcido, climatizado artificialmente e com canteiros dispostos de maneira a gerar subambientes aconchegantes e de menores proporções.

A vegetação selecionada para estes canteiros (grandes touceiras de bambus), reforça o aspecto intimista desejado, associados a grupos de vasos com flores, próximo aos canteiros e de reposição sistemática.

É interessante notar que estas modalidades de espaço de uso coletivo configuram-se como uma mediação entre a rua e o edifício, implicando na ruptura da dicotomia rígida entre público e privado, redesenhando o tecido urbano tradicional. Para o pedestre, é uma vivência que propicia novas percepções, especialmente quanto à continuidade e à fluidez do percurso, alterando as noções de interior/exterior, espaço livre/espaço edificado e público/privado, introduzindo novas escalas e graduações através destas transições, conforme detectado por Whyte (1980, 79).

A legislação favoreceu ainda o surgimento de ligações entre edifícios, através de passagens cobertas, nos moldes das galerias européias (Foto 6) e a formação de pequenas "ruas ou praças laterais" às edificações (Foto 7), com projetos paisagísticos específicos, contribuindo para uma paisagem de grande qualidade visual e ambiental.

Como conseqüência desta postura de preocupação com a paisagem urbana, podemos observar por toda a cidade interven-

Foto 5: Vista externa do atrium do IBM Building Arcade.

Foto 6: Passagem coberta, entre 2 edifícios, com destaque para o tratamento do piso e iluminação.

ções nos espaços livres, seja no nível do tratamento das calçadas, onde o plantio de árvores não visa somente a arborização das vias, mas a expressão de uma disposição, de um desenho que se relaciona com a edificação (Fotos 8 e 9) ou com o próprio projeto paisagístico previsto, como no caso dos "Pocket Parks" (Foto 10) e mesmo do Central Park (Foto 11).

Foto 7: Recuo lateral, remanescente de implantação de edifício comercial, em lote de esquina, com mobiliário urbano e projeto de vegetação criando área de estar, com ampla visualização da rua.

Outra modalidade de espaço livre, típica de Nova York, são os Pocket Parks, localizados em pequenos lotes, destinados ao descanso e lazer, apropriados para a leitura, para a realização de um rápido lanche ou simplesmente para sentar e conversar.

A proposta inicial foi concebida pelo arquiteto norte-americano Robert Zion, para um programa denominado "Novos Parques para Nova York", sendo projetado o Paley Park, em um pequeno

Foto 8: Plantio na calçada, como parte integrante do projeto arquitetônico e não como parte de uma proposta de arborização da via.

lote delimitado por edifícios de gabaritos variáveis e recebendo projeto paisagístico com destaque para o uso da água, criando uma cortina d'água ao fundo de um pequeno espelho d'água anexo. De maior efeito cênico é o uso da água no Greenacre Park (Fotos 12 e 13), outro Pocket Park, que explora os diversos movimentos da água em diferentes texturas e condições de deslocamento, associando desníveis de piso e pérgolas para a definição de subambientes.

Foto 9: Tratamento da calçada, através de plantio de árvores e disposição de vasos. Ao lado da edificação, uma pequena praça foi criada no recuo lateral, em desnível com relação à calçada, contendo espelho d'água com repuxos, vasos, etc. (Solow Building).

Em ambos os projetos, o plantio leva em conta a sazonalidade, com a busca de sombra no verão quente nova-iorquino e de sol no inverno rigoroso da cidade. Cria um aprazível "teto" com o plantio de árvores de média densidade de sombreamento e espaçamento reduzido entre as mudas. São locais extremamente freqüentados, ao longo de todo o dia.

Foto 10: Entrada do Greenacre Park, cujo plantio da calçada segue a mesma disposição geométrica e especificação de espécie vegetal, dando continuidade à linguagem adotada no interior do "Pocket Park"

Foto 11: Calçada oeste do Central Park. Além da arborização da calçada, criando uma circulação "coberta" para o pedestre, foi prevista a colocação de bancos, como uma tentativa de extensão do Parque para a malha urbana.

Foto 12: Greenacre Park: cascata ao fundo, ressaltando nível de piso intermediário, com plantio geométrico de árvores.
À esquerda, nível mais elevado, com pérgola.

Estas manifestações não são exclusivas da cidade de Nova York. Outras cidades norte-americanas e mesmo européias apresentam novos desenhos para seus espaços livres, tais como as plazas do bairro de La Defense (Foto 14), semelhantes às encontradas no Distrito Financeiro de Nova York; a área do espelho d'água ao lado do Museu Georges Pompidou (Beaubourg) (Foto 15), tida como um Pocket Park devido às suas reduzidas dimensões e forte delimitação e o próprio Parque de La Villette, totalmente

Foto 13: Detalhe Greenacre Park: descida da água junto à divisa para o encontro com água da cascata no espelho d'água, em cota mais baixa.

distinto das concepções vigentes de parques urbanos, assentados usualmente em paradigmas do jardim inglês do século 19, com uma concepção apoiada em um sistema de pontos, linhas e superfícies, mais próximo de uma linguagem contemporânea.

As bordas do espelho são simultaneamente bancos, bastante utilizados.

Foto 14: La Defense: Grande esplanada, circundada por edifícios de volumetria variada, com desenho de piso contribuindo para a estruturação do espaço.

Todavia, Nova York se destaca enquanto conjunto de manifestações de variadas configurações e soluções projetuais, formando um sistema de espaços livres de grande impacto visual, compondo uma paisagem urbana única, uma vez que a ilha favoreceu o engenho humano na valorização de uma situação geográfica peculiar, através da criação de um cenário constituído por suas belas pontes, possibilitando percursos pelos rios que a circundam para a observação de um *skyline* inconfundível

Foto 15: Pocket Park ao lado do Museu Georges Pompidou: Trata-se de um grande espelho d'água, com esculturas móveis, que emitem os jatos d'água.

e de *waterfronts* bem planejados, como a área do Battery Park, junto ao conjunto de edifícios da área financeira (World Financial Center), ao sul da ilha.

O maior espaço livre da cidade, o Central Park, está inserido na malha ortogonal que organiza o tecido urbano.

Com aproximadamente 3.450.000 m² (o dobro do Parque Ibirapuera, em São Paulo), o parque caracteriza-se por caminhos para pedestres que raramente se cruzam devido a uma série de túneis e pontes e que acompanham mais ou menos sinuosamente a maior dimensão do retângulo que forma o parque. Este eixo permite o percurso, através do parque, do pedestre que pretende deslocar-se entre os extremos norte/sul da cidade.

O desnível das vias transversais que ligam as porções leste/oeste da ilha, permite o trânsito de veículos abaixo da cota do parque, minimizando assim o impacto da velocidade dos automóveis,

em oposição a uma percepção do tempo que o desenho do parque sugere ao pedestre.

As grandes extensões gramadas se contrapõem aos sucessivos maciços arbóreos, oferecendo distintas combinações, associadas ao entorno edificado próximo, com grande concentração de edifícios altos, atenuados por esta composição eficiente dos elementos vegetais, dispostos sobre o terreno de nível variável.

Cursos d'água, lagos e reservatório (com a pista de cooper a sua volta), somados ao modelado de terreno, criam colinas que contrastam com áreas gramadas, destinadas à prática esportiva ou, simplesmente, gerando clareiras.

A intenção de "criação de cenas rurais", de Olmsted e Vaux, em realidade, provocou o surgimento de um espaço efetivamente apropriado pela população, sem segregação dos grupos sócioculturais ou etários e sem horários de uso determinado. A ocupação é significativa ao longo de todo o dia, com ou sem eventos especiais e para as mais diversas atividades: recreação infantil, aulas ao ar livre, almoço, prática de futebol, cooper, exposição ao sol, caminhadas, etc.

Segundo Halprin (1979, 5), o "grande talho verde" que corta a cidade, em uma alusão ao Central Park, humaniza a cidade e encabeça, sem dúvida, o sistema de grandes esplanadas, plazas, pequenos parques, passagens, pátios e calçadas que, graças ao tratamento paisagístico dispensado, torna a grande metrópole um lugar com identidade própria.

Foto 16: Central Park: gramado x maciços arbóreos, tendo ao fundo os edifícios da avenida Central Park Oeste.

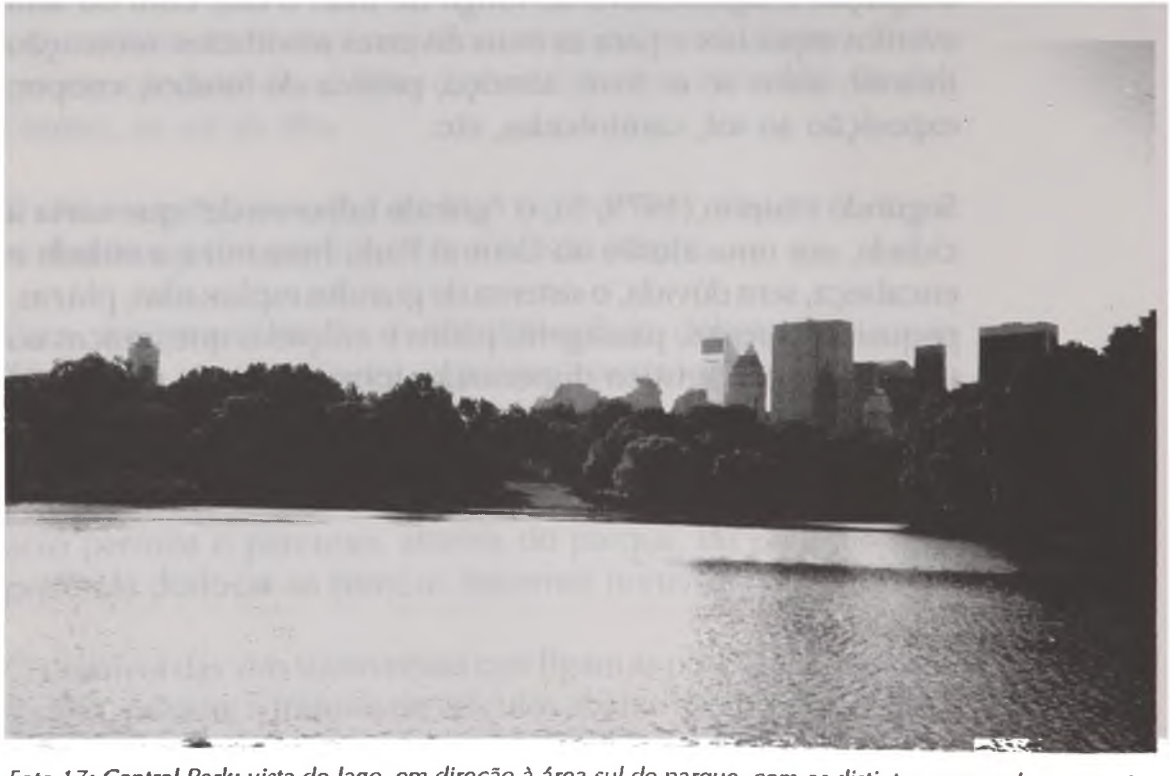

Foto 17: Central Park: vista do lago, em direção à área sul do parque, com os distintos grupos de vegetação, acompanhando a elevação do terreno.

Foto 18: Central Park: rua de circulação de veículos e bicicletas, associada ao fluxo de pedestres.

BIBLIOGRAFIA

BARNETT, Jonathan. *An introduction to urban design*. New York: Harper & Row, 1981.

HALPRIN, Lawrence. The colletive perception of cities. In: *Urban open spaces*. New York: Rizzoli, 1979.

HILLMAN, JAMES. *Cidade e alma*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

LANDSCAPE ARCHITECTURE. v. 79, n. 9, ago. 1989.

PROCESS: ARCHITECTURE. Pocket Parks. Tokio, n. 78, 1988.

PROCESS: ARCHITECTURE. Robert Zion: A profile in landscape architecture. Tokio, n. 94, 1991.

PROCESS: ARCHITEECTURE. Atrium: Human and urban space. Tokio, n. 69, 1986.

SPIRN, Anne W. *The granite garden.* New York: Basic Books, 1984.

TISHLER, Willian H. (editor). *American landscape architecture Designers and places.* Washington: The Preservation Press, 1989.

WHYTE, William H. *The social life of small urban spaces.* Washington: The Conservation Foundation, 1980.